

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO ESPECÍFICA
SOBRE PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS
LUCROS OU RESULTADOS DAS EMPRESAS DE
SEGUROS PRIVADOS, DE RESSEGUROS E DE
CAPITALIZAÇÃO EM 2010.**

SINDICATO DOS SECURITÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CNPJ 33.948.134/0001-98 – Rua Álvaro Alvim, 21 – 13º e 22º andares – Centro – RJ, REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE ADOLFO LIMA, CPF 219.968.067-34, Identidade 3.092.423 IFP, CONSTITUÍDO REPRESENTANTE DE TODOS OS EMPREGADOS DA CATEGORIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA CONVENCIONAR A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DE QUE TRATA A LEI 10.101 DE 19/12/2000, DE UM LADO, E, DE OUTRO LADO, O SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS, DE RESSEGUROS, DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE CAPITALIZAÇÃO NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPIRITO SANTO, CNPJ 33.621.962/0001-17, Rua Senador Dantas, 74 – 17º andar – Centro – RJ, REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE LUIZ TAVARES PEREIRA FILHO, CPF 254.794.407-30, Identidade 2.564.630 IFP, FIRMAM A PRESENTE CONVENÇÃO PARA RATIFICAR OS RESULTADOS DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS (PLR) EXERCÍCIO DE 2010, CONFORME A SEGUIR ESPECIFICADO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização pagarão a PLR em uma única parcela até a data do pagamento da remuneração de Março/2011 ou, alternativamente, de forma fracionada em duas parcelas, respeitando em ambos os casos as condições estabelecidas nas Cláusulas Segunda e Terceira.

CLÁUSULA SEGUNDA

As Empresas que possuem programas próprios, consoante a Lei 10.101 de 19/12/2000, pagarão a PLR até a data do pagamento da remuneração de Março/2011 com base nos próprios programas, assegurando, contudo, o mínimo de uma remuneração, respeitando a tabela a seguir:

- R\$ 1.324,80, para salários até este valor;
- R\$ 1.324,81 a R\$ 1.565,68 para salários neste intervalo.
- R\$ 1.565,69 para salários acima deste valor.

Os valores acima serão pagos independentemente da apuração do balanço do exercício encerrado em 31/12/2010, a todos os Empregados em efetivo exercício em 31/12/2010 (considerando o período de aviso prévio, mesmo que indenizado)

§ Primeiro - Aos Empregados afastados por doença, acidente de trabalho e/ou licença maternidade, durante o ano de 2010 e com vínculo empregatício em 31/12/2010, fica vedada a dedução do período de afastamento para o cômputo da proporcionalidade;

§ Segundo - As Empresas que possuem Programas Próprios, consoante a Lei 10.101, de 19/12/2000, e que já tenham feito o pagamento integral da sua PLR de 2010, ou ainda, feito adiantamentos parciais a este mesmo título, poderão compensá-los quando do pagamento da PLR, conforme o “caput”;

§ Terceiro - Os Programas Próprios de PLR existentes que tratam a presente Cláusula, somente serão válidos ou reconhecidos a partir da vigência da presente Convenção, se arquivados em cada Sindicato dos Securitários de cada base de representação territorial onde a Empresa tiver estabelecimento;

CLÁUSULA TERCEIRA

As Empresas que não possuem programas próprios de PLR, e desde que em seus balanços de 31/12/2010 apresentem lucros líquidos ou resultados, e que tenham disponibilidade financeira, efetuarão o pagamento da PLR, aos Empregados admitidos até 31/12/2009 e em efetivo exercício em 31/12/2010 (considerando o período de aviso prévio, mesmo que indenizado), o valor total calculado na base de 40% (quarenta por cento) da remuneração resultante da Convenção Coletiva de Trabalho de 2011, acrescido do valor fixo de R\$ 1.806,56, limitado ao máximo de R\$ 6.624,06, podendo ser pago em uma única parcela até a data do pagamento da remuneração de Março/2011, ou, alternativamente em duas parcelas, sendo a 1ª até a data do pagamento da remuneração de Fevereiro/2011, garantindo o mínimo da tabela a seguir:

- R\$ 1.324,80, para salários até este valor;
- R\$ 1.324,81 a R\$ 1.565,68 para salários neste intervalo.
- R\$ 1.565,69 para salários acima deste valor.

e o saldo, se houver, até 31/08/2011;

§ **Primeiro** - O total do pagamento previsto no “caput” fica limitado a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício de 2010;

§ **Segundo** - As Empresas que, mesmo tendo lucros ou resultados no seu Balanço de 31/12/2010, não tiverem disponibilidade financeira ou o seu lucro líquido ou resultado não for suficiente para atender integralmente ao disposto no *caput* deverão comprovar documentalmente com os elementos que deram origem ao resultado final de seu balanço, junto ao Sindicato dos Securitários de cada base territorial, até 31/03/2011, ficando garantido, entretanto, o pagamento previsto no parágrafo 3º desta Cláusula;

§ **Terceiro** - As Empresas que apresentarem prejuízo em suas Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2010, pagarão a título de PLR o valor mínimo da tabela a seguir:

- R\$ 1.324,80, para salários até este valor;
- R\$ 1.324,81 a R\$ 1.565,68 para salários neste intervalo.
- R\$ 1.565,69 para salários acima deste valor.

a todos os Empregados admitidos até 31/12/2009 e em efetivo exercício em 31/12/2010 (considerando o período de aviso prévio, mesmo que indenizado);

§ **Quarto** - Na falta da justificativa e dos comprovantes, até a data de 30/06/2011, citados nos parágrafos anteriores, a Empresa pagará a PLR na forma prevista no “caput” desta cláusula.

- 3.1** - Os Empregados admitidos durante o ano de 2010, em efetivo exercício na Empresa em 31/12/2010, farão jus a 1/12 (um doze avos) do valor calculado, por tempo de registro ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias. Os admitidos durante o ano de 2010, que tenham se afastado por doença, acidente do trabalho ou licença maternidade, receberão na mesma proporção, com base na data de sua admissão.
- 3.2** - Aos Empregados afastados por doença, acidente de trabalho e/ou licença maternidade, durante o ano de 2010 e com vínculo empregatício em 31/12/2010, fica vedada a dedução do período de afastamento para o cômputo da proporcionalidade.
- 3.3** - Para os Empregados demitidos sem justa causa e que não tenham pedido demissão, no período entre 01/01/2010 e 31/12/2010, as Empresas pagarão 1/12 (um doze avos) do valor estabelecido nesta Cláusula terceira, por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, no exercício de 2010, ficando certo e ajustado que o pagamento só será efetivado por solicitação expressa do ex-empregado, até no máximo 30/06/2011.

CLÁUSULA QUARTA

Os pagamentos decorrentes da aplicação da presente Convenção Específica referem-se ao exercício de 2010 e têm como cumpridos os requisitos da Lei 10.101, de 19/12/2000.

E por estarem acordadas, firmam as partes a presente Convenção Específica em tantas vias quantos são os signatários e para que produzam os efeitos legais pertinentes.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2011.

SINDICATO DOS SECURITÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 33.948.134/0001-98

Rua Álvaro Alvim, 21 – 13º e 22º andares – Centro – RJ

ADOLFO LIMA

Presidente

CPF 219.968.067-34

Identidade 3.092.423 - IFP

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS, DE
RESSEGUROS, DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE
CAPITALIZAÇÃO NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPIRITO
SANTO

CNPJ 33.621.962/0001-17

Rua Senador Dantas, 74 – 17º andar – Centro - RJ

LUIZ TAVARES PEREIRA FILHO

Presidente

CPF 254.794.407-30

Identidade 2.564.630 - IFP